

SUBJETIVIDADE NO USO DE ANÁFORAS ENCAPSULADORAS EM PERSPECTIVA FUNCIONAL-TEXTUAL

Dennis Castanheira¹

Leonor Werneck dos Santos²

Maria Maura Cezario³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir a subjetividade no uso de anáforas encapsuladoras a partir de uma amostra composta por 24 entrevistas publicadas em revistas impressas brasileiras. Para tanto, é utilizada a interface teórica entre o Funcionalismo norte-americano e a Linguística de Texto, perspectivas sociocognitivas e interacionais que estudam a língua em uso a partir de questões contextuais. Por meio de uma metodologia qualitativa e quantitativa e da análise efetuada, concluímos que tais elementos podem expressar subjetividade e ser categorizados em um *continuum*, que se relaciona, ainda, às temáticas das entrevistas em que se inserem.

Palavras-chave: Anáforas encapsuladoras. Subjetividade. Funcionalismo norte-americano. Linguística de Texto.

SUBJECTIVITY IN THE USE OF ENCAPSULATING ANAPHORS IN A FUNCTIONAL-TEXTUAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: This article aims to discuss the subjectivity in the use of encapsulating anaphors from a sample composed of 24 interviews published in Brazilian print magazines. Thus the theoretical interface between two socio-cognitive and interactional perspectives is used: the North American Functionalism and Text Linguistics, which are approaches that study the language in use taking contextual issues into account. Through a qualitative and quantitative methodology besides the developed analysis, we have concluded that such elements can express subjectivity and be categorized in a *continuum*, which is also related to the themes of the interviews in which they are inserted.

Keywords: Encapsulating anaphors. Subjectivity. North American Functionalism. Text Linguistics.

¹ Doutor em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. E-mail: dennisscastanheira@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9092-5936>.

² Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: leonorwerneck@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8415-3535>.

³ Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular de Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de produtividade 1D do CNPq. E-mail: mmcezario@letras.ufrj.br. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1724-762X>.

Introdução

Desde⁴ os estudos enunciativos de Benveniste (1976), a subjetividade tem sido uma temática muito estudada nas investigações linguísticas a partir de diferentes olhares teóricos, dentre os quais se destacam os trabalhos da Análise do Discurso em suas distintas vertentes, da Linguística Cognitiva e das abordagens aqui adotadas: o Funcionalismo e a Linguística de Texto. Por meio do entrelaçamento teórico funcional-textual, é possível investigar variados fenômenos a partir de uma perspectiva sociocognitivista.

Um dos aspectos centrais da análise da expressão da subjetividade nos estudos funcionais e/ou textuais é o mapeamento do papel dos elementos linguísticos nesse processo. Destacam-se, nesse âmbito, diferentes fenômenos como, por exemplo, a referenciação. Entendida como a ativação e a reativação dos objetos de discurso, envolve a análise dos processos referenciais anafóricos e dêiticos ligados à construção dos sentidos do texto de forma contextualizada (cf. SANTOS; CAVALCANTE, 2014; SANTOS; CASTANHEIRA, 2021, dentre outros).

Dentre tais processos, as anáforas encapsuladoras podem ser caracterizadas, segundo Conte (1996), como uma estratégia em que há uma paráfrase resumitiva de um conteúdo precedente ou procedente. Além disso, os encapsulamentos estão relacionados ao seu valor axiológico, isto é, avaliativo, e, por isso, atuam na construção subjetiva dos textos em que são utilizados (cf. MORAIS, 2017; BASTOS, 2018).

O tratamento da análise da subjetividade em perspectiva funcionalista pode ser ligado à discussão referencial, já que ambas as teorias discutem os usos linguísticos, os contextos discursivos e as questões interacionais. É necessário ressaltar, ainda, que esse entrelaçamento teórico envolve a associação de seus pressupostos teóricos e a sua associação em múltiplos fenômenos.

Em relação à referenciação, o Funcionalismo pode contribuir a partir de questões como a informatividade, a iconicidade, a marcação e os planos discursivos. O estudo dos processos cognitivos de domínio geral – como categorização e analogia –, da frequência e da

4 As discussões aqui estabelecidas são fruto da pesquisa de Castanheira (2020).

(inter)subjetividade também podem contribuir a fim de sistematizá-la de maneira mais clara e produtiva.

Partindo dessa reflexão, neste artigo, discutiremos como as anáforas encapsuladoras são utilizadas em 24 entrevistas publicadas nas revistas brasileiras *Exame* e *Veja* nos anos de 2018 e 2019 a partir da sua subjetividade. Para tanto, serão observados os encapsulamentos nesses textos e serão agrupados, qualitativa e quantitativamente, em diferentes graus de subjetividade e, posteriormente, serão relacionados aos temas das entrevistas (cultura, economia e política).

Nossa hipótese é que as anáforas encapsuladoras com grau de subjetividade mais alto tendem a ocorrer em entrevistas com temáticas mais polêmicas e as com grau mais baixo, naquelas com temas menos polêmicos. Diante do teste dessa hipótese e das reflexões apresentadas neste artigo pretendemos contribuir para os estudos da referenciação e da associação entre o Funcionalismo norte-americano e a Linguística de Texto, bem como das elucidacões acerca da marcação da subjetividade.

Referenciação em perspectiva funcional-textual

A Linguística de Texto é caracterizada como uma abordagem sociocognitiva e interacional, em que aspectos linguísticos são analisados de forma entrelaçada a questões discursivas (cf. VAN DIJK, 1997; BERNÁRDEZ, 2003). Já o Funcionalismo norte-americano, conforme Butler (2003), é ligado à análise da língua em uso por meio da associação dos fenômenos linguísticos à luz de uma abordagem pragmática. O entrelaçamento dessas teorias é pautado em seus múltiplos pontos de contato, visto que ambas estão em um mesmo “polo funcional” (cf. DIK, 1987).

A interface entre essas perspectivas pode ser relacionada a uma visão ampla, que considera a construção de sentidos do texto ligada aos pressupostos funcionalistas. Um destaque nessa visão textual-funcional/ funcional-textual é o estudo da referenciação, fenômeno sociocognitivo que está ligado à construção dos objetos discursivos. Como apontam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), essa análise é altamente complexa e envolve aspectos sociointeracionais.

Investigar a referenciação a partir dessa interface envolve considerar os pressupostos textuais associados aos fundamentos funcionais. Para a descrição e análise dos elementos referenciais nesse olhar, é preciso destacar o processo envolvido. Neste artigo, analisaremos as anáforas encapsuladoras, que podem ser definidas como Sintagmas Nominais com papel de sumarizar ideias de maneira axiológica (cf. FRANCIS, 1994; CONTE, 1996; BORREGUERO, 2006; PECORARI, 2014; 2015).

Um aspecto que vem guiando muitos estudos funcionalistas e que pode ser relacionado à referenciação é a subjetividade. Segundo Traugott e Dasher (2005), os postulados acerca dessa temática vieram das discussões efetuadas por Benveniste (1976) acerca da Teoria da Enunciação. Para as autoras, toda comunicação é dotada de (inter)subjetividade; essa, por sua vez, é expressa por meio de marcas linguísticas produzidas pelos falantes. As autoras alertam que esses produtores podem ter maior ou menor grau de consciência do uso dessas marcas e que esses estão ligados às suas intenções e à sua codificação.

Traugott e Dasher (2005) demonstram que a subjetividade presume um sujeito que desenvolve uma visão do mundo representada em seu discurso. Tal conceito pode ser oposto ao conceito de objetividade, ligado à tentativa de imparcialidade. Algumas das marcas dotadas de subjetividade, segundo as autoras, são: dêixis espacial e temporal, marcadores de atitude em relação à proposição e marcadores de atitude em relação ao discurso.

Defendemos, porém, que há sempre algum grau de posicionamento do falante, mesmo que ele tente escondê-lo de alguma forma. Dessa forma, não haveria um ponto de vista efetivamente objetivo ou neutro, visto que, em alguma medida, toda linguagem é intersubjetiva e, portanto, carregada de intencionalidade.

Para as autoras, os usos subjetivos estão ligados aos papéis sociais desempenhados pelos falantes/ escritores e do contexto em que eles estão inseridos. Dessa forma, para análise da subjetividade, é preciso considerar o contexto discursivo e o processo constante de negociação de sentidos entre os interlocutores ligados às demandas sociais. Tal conceito, relacionado aos aspectos sincrônicos da análise linguística, deve ser associado, então, ao mapeamento dos elementos linguísticos e de seu papel no contexto comunicativo.

No trabalho aqui apresentado, o conceito de subjetividade será utilizado a partir da análise do uso das anáforas encapsuladoras nas entrevistas. Defendemos que a subjetividade é

uma questão escalar e não discreta e, por isso, deve ser analisada a partir de um *continuum* categorial com formas mais ou menos subjetivas, já que acreditamos que todas elas, de alguma forma, marcam um posicionamento.

Um outro pressuposto funcionalista diretamente ligado à subjetividade é a marcação. Segundo Givón (1990), tal ideia foi herdada dos estudos estruturalistas do Círculo Linguístico de Praga e pode ser discutida a partir da divisão em formas marcadas e não marcadas. Nessa visão, as formas marcadas são aquelas que chamam mais atenção em contraste com as outras, tidas como menos marcadas.

De forma geral, esse conceito é analisado a partir de três critérios, geralmente convergentes: (a) complexidade estrutural – a estrutura marcada tende a ser maior estruturalmente do que a menos marcada; (b) frequência – a estrutura mais marcada tende a ser menos frequente do que a menos marcada; (c) complexidade cognitiva – estrutura marcada tende a ser mais complexa cognitivamente, demandando maior esforço mental e maior tempo de processamento do que a não marcada (cf. GIVÓN, 1990).

Esses critérios não são postulados categóricos, mas tendências em relação à divisão entre formas marcadas e não marcadas. Vale destacar, porém, que tal visão é binária e não abarca a complexidade de usos linguísticos, havendo a necessidade de observá-la de forma escalar. Nesta pesquisa, concordamos com tal proposta e acreditamos que tais usos podem ser distribuídos num *continuum* em que há, de fato, formas marcadas e outras não marcadas, mas também há diversas outras no meio dessa gradiência. Além disso, esses critérios devem ser vistos de forma mais ampla, apontando para um olhar qualitativo, em que alguns podem se sobressair.

Para Givón (1995), é preciso levar em consideração, ainda, que tais conceitos podem ser expandidos para questões não linguísticas. O autor aponta, também, que uma mesma estrutura pode ser marcada em um contexto e não ser marcada em outro. Para analisá-las, então, devemos levar em consideração aspectos pragmáticos. Esse postulado remete a questões adotadas neste trabalho, como o gênero e o suporte. Em um gênero/ suporte, uma estrutura pode ser considerada marcada, mas, em outro, pode não ser. Além disso, é preciso considerar que uma estrutura mais marcada pode ser utilizada pelo enunciador como uma estratégia de ênfase.

Nesta investigação, o conceito de marcação é utilizado a partir de sua relação com o conceito desubjetividade. Acreditamos que as formas mais marcadas são as que apresentam maior grau de subjetividade e, portanto, tendem a menor frequência – principal critério na definição da marcação. Assim, pretendemos testar o grau de subjetividade das anáforas encapsuladoras e observar se, a partir dos critérios de Givón (1990), elas seriam menos marcadas.

Subjetividade no uso de encapsulamentos em entrevistas

Francis (1994) e Conte (1996) defendem que as anáforas encapsuladoras marcam o posicionamento do enunciador a partir de seu valor avaliativo sobre o que é dito numa porção discursiva, constituindo um dos principais traços desses elementos. Além disso, Francis (1994) postula que aquelas que apresentam núcleo nominal podem ser divididas em positivos, negativos e neutros. Diante dos postulados das autoras, resolvemos investigar tal marcação de subjetividade com base nos trabalhos de Traugott e Dasher (2005) e Traugott (2010), partindo dos postulados funcionalistas sobre a temática.

Para compor a amostra do trabalho, utilizamos o gênero entrevista. Conforme Noci (2000), essa categoria está ligada à tradição anglo-saxônica, de caráter informativo, e tem semelhanças com textos milenares. Para a autora, a entrevista jornalística pode ser ligada aos gêneros interessados na reprodução de diálogos e é um recurso retórico clássico e universal já bastante explorado pela filosofia, indo além da mera transcrição de uma conversação, passando por um refinado processo de elaboração (cf. MEDINA, 1986; MERLINSKY, 2006).

Uma outra questão é o caráter eminentemente oral desse gênero, já que comumente entrevistas são efetuadas de maneira falada, mas podem ser retextualizadas a fim de serem publicadas na modalidade escrita. Com isso, a entrevista pode se situar de forma híbrida no *continuum* fala e escrita, já que pode ter características típicas de textos orais e escritos (cf. MARCUSCHI, 2001).

Utilizamos como amostra, no trabalho aqui discutido, entrevistas publicadas nas revistas *Exame* e *Veja*, dois veículos de grande circulação no Brasil, em suas versões impressas nos anos de 2018 e 2019. Totalizamos 24 entrevistas com 24548 palavras, divididas

em cultura (6 textos e 8329 palavras), economia (10 textos e 8133 palavras) e política (8 textos e 8086 palavras). Tais temas foram escolhidos por serem os mais frequentes, e os textos foram selecionados de maneira aleatória a fim de formar uma amostra equilibrada em relação à quantidade de palavras por tema.

Metodologicamente, adotamos uma perspectiva qualitativa e quantitativa, em que observamos o papel subjetivo dos encapsuladores, analisando, caso a caso, as entrevistas e os dados coletados, e sistematizando-os quanto à frequência. Esse procedimento qualitativo confere um olhar detalhado e permite que sejam apontadas especificidades e sejam analisadas ambiguidades. Além disso, a abordagem quantitativa possibilita um olhar mais acurado para as generalizações quanto à frequência de uso, o que nos auxilia na observação do estudo linguístico.

A fim de efetuar tais procedimentos, tivemos como foco a análise das anáforas encapsuladoras a partir de sua marcação subjetiva. Por nem sempre esses elementos apresentarem um valor avaliativo, seja ele positivo ou negativo, optamos por não analisá-los pela taxonomia de Francis (1994). Além disso, apesar de Traugott e Dasher (2005) postularem a existência dos polos objetividade e subjetividade, defendemos que a linguagem é sempre (inter)subjetiva e, por isso, todas as formas são marcas de subjetividade.

Contudo, diante da análise inicial dos dados, percebemos que as anáforas encapsuladoras podem ter posicionamentos discursivos diferentes e que não havia uma sistematização sobre essa questão na literatura. Dessa forma, distribuímos tais encapsulamentos em diferentes graus de subjetividade, a partir do contexto em que tais dados ocorriam, e buscamos sistematizar algumas marcas linguísticas típicas de cada grau, conforme discutiremos nesta seção.

(a) Grau 1: os referentes desta categoria apresentam baixo grau de subjetividade e geralmente são pronomes ou expressões com núcleo nominal de valor semântico mais genérico.

(1)

T1: Que tipo de mudança já ocorreu após a imersão?

T2: Recentemente, diretores de uma grande fabricante de calçados brasileira viram um carro ser impresso em 3D num laboratório americano. Até então, a empresa levava um mês produzindo moldes das 4.000 peças que lançam por ano. Ao voltar ao Brasil, adotaram a impressão 3D e encurtaram várias etapas do processo. Depois de ir ao Vale do Silício, o reitor da FEI, uma das principais faculdades de engenharia de São Paulo, incluiu conceitos de inovação aberta, típica das startups de lá, na formação dos alunos.

T1: É possível fazer inovação de ponta no Brasil?

T2: Nas viagens ao exterior, é normal **os participantes** acharem tudo uma maravilha e ficarem desanimados por achar impossível replicar a mesma coisa no Brasil. É uma grande ilusão. Muita gente desconhece a boa estrutura do Brasil para a pesquisa. Só o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) tem 82 centros de pesquisa, que fazem inovação e prestam serviços às empresas. É uma rede tão extensa quanto a do Fraunhofer. (Entrevista “É urgente investir em educação no Brasil” – Revista *Veja*).

No exemplo (1), temos a entrevista “É urgente investir em educação no Brasil”, publicada na revista *Veja* em 2018. Nesse texto, temos o uso da anáfora encapsuladora “os participantes” retomando, de alguma forma, os referentes já introduzidos no discurso (aqueles que fazem viagens internacionais para conhecerem tecnologia de ponta) e, ao mesmo tempo, apresentando um SN genérico. Nessa, não é explicitado que todos os participantes acham tudo uma maravilha, mas a pista textual “normal” indica que, geralmente, é o que ocorre.

Além disso, o encapsulador “os participantes” foi analisado como uma expressão com baixo grau de subjetividade, tendo em vista que não marca, de forma tão acentuada, um posicionamento enunciativo, não estabelecendo um juízo de valor tão marcado como outros sintagmas. Em nossa análise, portanto, estabelecemos tais graus comparativamente por meio de uma análise essencialmente pragmática.

(b) Grau 2: os referentes colocados nessa categoria têm médio grau de subjetividade e geralmente são pronomes ou SNs com termos que, apesar de pouco avaliativos, assumem novas nuances metafóricas.

(2)

T1: Como separar o lobby legítimo do ilegítimo?

T2: Acredito que no Brasil é possível implementar algumas mudanças, como a publicação das agendas e dos registros dos encontros entre lobistas e autoridades, e demonstrar para a sociedade como ela será beneficiada com uma eventual mudança numa regulamentação. Nos Estados Unidos, o lobby tem ajudado a reduzir a distância das regras do governo para o mundo real. O setor público não acompanha a velocidade das mudanças do setor privado. Nesse ponto, o lobby pode ajudar a aproximar **esses dois mundos**. (Entrevista “A sombra e a luz” – Revista *Veja*).

No exemplo (2), podemos observar um trecho da entrevista da revista *Veja* intitulada “A sombra e a luz”, no qual há dois turnos da entrevista: no primeiro, há uma pergunta do jornalista sobre como fazer a separação entre *lobbies* legítimos e ilegítimos; e, no segundo, há a resposta do convidado em relação ao que foi perguntando. Diante disso, o entrevistado indica que existem algumas formas de resolver tal questão, como a publicação de agendas e encontros.

Há, nesse exemplo, o uso da anáfora encapsuladora “esses dois mundos”, retomando a ideia apresentada previamente – o setor público não acompanhar o setor privado. No processo de retomada do que já foi dito, há, ainda, uma rotulação, em que o enunciador classifica tais setores como “mundos”, o que reforça a ideia de que há diferenças grandes entre eles, representando, portanto, realidades muito distintas. Nesse caso, analisamos o SN como grau 2 de subjetividade, pois defendemos, pela análise do contexto, que há um posicionamento ideológico envolvido nessa rotulação, opondo tais setores.

(c) Grau 3: os referentes dessa categoria apresentam alto grau de subjetividade e geralmente são SNs com núcleos nominais axiológicos.

(3)

Melhor, mas falta muito

Rondônia foi o estado que mais avançou no levantamento da MacroPlan, mas **os problemas** ainda são muitos.

Em alguns indicadores, Rondônia está na rabeira. A capital Porto Velho aparece na última posição em coleta e tratamento de esgoto entre as 100 maiores cidades do Brasil. O estado é um dos que têm um alto índice de moradias inadequadas. Ainda assim, Rondônia foi o que mais subiu nos últimos dez anos no ranking da situação dos estados elaborado pela consultoria MacroPlan. O grande destaque foi a melhora da educação dos jovens. Para o atual governador, Daniel Pereira (PSB), substituto de Confúcio Moura (MDB), que deixou o cargo para concorrer ao Senado, o segredo está na continuidade das políticas públicas. Em 2019, o estado passará a ser liderado pelo coronel Marcos Rocha, do PSL. (Entrevista “Melhor, mas falta muito” – Revista *Exame*).

No exemplo (3), temos um trecho da entrevista “Melhor, mas falta muito”, publicada na revista *Veja*, na qual há a apresentação daquilo que será desenvolvido ao longo do texto acerca da administração política de Rondônia e da relação com as eleições de 2018. Com isso, há o uso da anáfora encapsuladora coloca em perspectiva “os problemas”, que sumariza a ideia que será apresentada já na parte inicial da entrevista, sendo destacados alguns aspectos, como o tratamento de esgoto e a moradia inadequada.

Defendemos que esse encapsulador apresenta grau máximo de subjetividade, pois há um claro posicionamento discursivo em relação ao que está sendo enunciado. O termo “problema” indica uma posição bastante marcada, pois é um nome axiológico, fazendo com que aquilo que será dito posteriormente represente uma problemática, uma questão a ser pensada – o que influencia diretamente o leitor na construção dos sentidos do texto, visto que categoriza alguns fatos sobre a localidade como aspectos negativos.

Sendo assim, a partir da observação e análise dos dados, como defendemos, há um *continuum* de subjetividade entre as anáforas encapsuladoras. Assim, diante do que apresentamos, o grau 1 envolve os SNs que marcam menos a subjetividade e o grau 3 tem os SNs que apresentam grau mais alto de subjetividade. Essa proposta pode ser vista no quadro abaixo:

GRAU 1 < GRAU 2 < GRAU 3

Quadro 1: *Continuum* de subjetividade das anáforas encapsuladoras.

Fonte: Castanheira (2020).

Diante desses resultados, optamos por cruzá-los com as temáticas das entrevistas, agrupamento que não seguiu os rótulos apresentados pelas revistas, mas uma classificação que fizemos em temas mais amplos e que poderiam de alguma forma ser agrupados. Sendo assim, selecionamos as entrevistas dos três temas mais produtivos nas revistas: cultura, economia e política, como apresentaremos a seguir:

- (a) Cultura: há textos que trazem temáticas culturais em geral, dentre as quais cinema, televisão, teatro e música.
- (b) Economia: há textos que discutem questões econômicas e financeiras.
- (c) Política: há textos que discutem questões políticas e governamentais e de relações internacionais.

É necessário pontuar que enquadramos nessas categorias entrevistas variadas e com entrevistados de diferentes origens, pois, muitas vezes, entrevistas sobre política, por exemplo, são dadas não por cientistas políticos, vereadores ou candidatos a algum cargo, mas por não especialistas como atores e economistas. Dessa forma, os textos foram cuidadosamente lidos para que não fossem separados equivocadamente diante apenas da identificação do tema, que, vale ressaltar, poderia estar ligado *a priori* a outra temática.

A partir da análise dos textos da nossa amostra, acreditamos que esses três temas possam ser agrupados em um *continuum* entre os menos e mais polêmicos. É evidente, contudo, que, dentro de cada categoria, há textos mais, ou menos, polêmicos e que essa foi nossa tentativa de estabelecer uma generalização para agrupar esses textos, conforme Quadro 2:

CULTURA < ECONOMIA < POLÍTICA

Quadro 2. *Continuum* de temas em relação à polêmica.

Fonte: Castanheira (2020).

Ressaltamos que tal proposta não é universal, ou seja, aplicável a qualquer *corpus* de análise, visto que os textos sobre cultura podem ser muito polêmicos e os de política não tanto. É válido dizer, contudo, que efetuamos essa categorização por meio da análise dos textos utilizados como amostra da pesquisa e que, a partir desses, os com a temática cultura foram os menos polêmicos.

Como expusemos, defendemos que há relação entre as temáticas das entrevistas e os graus de subjetividade dos encapsulamentos anafóricos. Nossa hipótese está relacionada ao postulado de que as entrevistas com temáticas mais polêmicas, como política e economia, apresentam mais anáforas encapsuladoras com grau de subjetividade mais alto do que entrevistas com temáticas menos polêmicas como cultura.

Para que pudéssemos verificar a possível relação quantitativa entre esses fatores, elaboramos, a partir da análise, a Tabela 1:

	Grau 1	Grau 2	Grau 3	Total
Cultura	38	14	5	57
	38%	35%	11,9%	31,3%
Economia	36	15	16	67
	36%	37,5%	38,1%	36,8%
Política	26	11	21	58
	26%	27,5%	50%	31,9%
Total	100	40	42	182
	100%	100%	100%	100%

Tabela 1. Relação entre a temática das entrevistas e o grau de subjetividade das anáforas encapsuladoras.

Fonte: Castanheira (2020).

Diante da Tabela 1, podemos estabelecer algumas reflexões. Notamos que a maior parte dos encapsulamentos anafóricos apresentam grau 1 de subjetividade, o menor da escala com uma grande diminuição na frequência nos graus 2 e 3, aqueles com maior subjetividade. Mais especificamente, no grau 1, obtivemos 100 dados e, nos graus 2 e 3, 40 e 42 ocorrências, respectivamente.

Percebemos, ainda, que, no tema economia, houve maior uso de encapsuladores, com 67 dados, embora não haja uma grande diferença quantitativa em relação às demais temáticas, visto que houve 57 na temática cultura e 58 no tema política. Além disso, podemos dizer que, em relação ao grau 1, houve mais ocorrências na temática cultura, totalizando 38%, seguida do tema economia e, posteriormente, de entrevistas sobre política. Ressaltamos, contudo, que a diferença quantitativa entre textos sobre cultura e economia no grau 1 é pouco relevante, havendo maior saliência apenas na diferença em relação à política.

Em relação ao grau 2, também obtivemos a maior parte dos dados nos temas cultura (35%) e economia (37,5%) e, na temática política, obtivemos 27,5% das anáforas encapsuladoras. Diante disso, podemos dizer que o grau 2 apresentou as mesmas tendências quantitativas do grau 1 em relação à distribuição dos SNs resumitivos, o que indica que tais graus têm tendências homogêneas em relação a essa questão.

Por outro lado, no grau 3, o maior do *continuum* estabelecido neste trabalho, as tendências são diferentes: na temática cultura, há um menor número de anáforas, com 11,9% dos dados; no tema economia, o percentual é muito semelhante aos já encontrados, com 38,1% das ocorrências; na temática política, há um grande aumento nos encapsulamentos, com 50%. Dessa forma, podemos dizer que houve resultados díspares em relação aos demais graus.

Segundo nossa hipótese inicial, há uma relação entre o grau de subjetividade e a temática da entrevista. Sendo assim, as anáforas encapsuladoras com maior subjetividade tenderiam, por exemplo, a ocorrer em entrevistas com temáticas mais polêmicas. Reconhecemos que é difícil estabelecer o que é, ou não, polêmico, mas, na amostra deste artigo, efetivamente, os textos sobre cultura, por exemplo, versavam, em sua maioria, sobre questões mais consensuais do que aqueles sobre política.

Isso se evidencia pelo exemplo (4):

(4)

T1: O senhor acredita que haja uma queda de braço entre os Três Poderes hoje no Brasil. Quais as evidências disso?

T2: A relação entre os Poderes está problemática. Nossos juízes entraram na política e os órgãos de controle avançam na disputa de poder com o Executivo. O país está sem rumo institucional. Quando há oportunidade, alguém faz alguma coisa fora de suas atribuições

constitucionais. Um episódio significativo foi o indulto a presos concedido pelo presidente Michel Temer às vésperas do Natal de 2017, depois suspenso pelo Supremo Tribunal Federal. O indulto é um recurso garantido por lei ao presidente da República. Por quê? Para diminuir a superlotação das cadeias. O Brasil tem hoje 720.000 presos, o dobro da capacidade. Além disso, há cerca de 500.000 mandados de prisão para serem cumpridos. Embora digam que a razão para soltar presos é o espírito natalino, na verdade, o indulto é uma ferramenta de gestão penitenciária. Mas, após uma campanha enorme do Ministério Público, o Supremo tirou um instrumento vital para evitar a explosão do sistema prisional.

T1: Qual a origem dessa judicialização?

T2: É a junção de uma Presidência fraca, que está tocando uma agenda diferente da que mostrou na eleição de 2014, com uma desmoralização geral dos partidos e da política. O Judiciário ocupou o **vácuo de poder**. Para resgatar esse espaço, precisaríamos de um governante capaz de conquistar a credibilidade da opinião pública com um discurso ético, algo complicado para um governo como o de Temer, com tantas denúncias de corrupção. (Entrevista “O tenentismo do judiciário” – Revista *Exame*).

No exemplo (4), há a entrevista “O tenentismo do judiciário”, concedida por Carlos Ari Sundfeld à revista *Exame*. Nessa, há a discussão sobre as tensões envolvidas nas relações entre os diferentes poderes no Brasil e, mais precisamente, sobre os fatos relacionados ao judiciário. Categorizamos esse texto na temática política, pois há exposições/ narrações sobre as relações políticas envolvidas no país.

Seu teor é altamente polêmico, visto que trata de discussões bastante controversas na sociedade brasileira, que envolvem a avaliação de figuras públicas que estavam no poder, de movimentações políticas e de decisões sobre o sistema prisional. Isso se evidencia pelas formas linguísticas escolhidas, dentre as quais se destacam “Presidência fraca”, “instrumento vital” e “discurso ético”. O SN “o vácuo de poder” também torna clara tal questão, já que rotula a situação do poder na política brasileira como vazia, constituindo um vácuo não por não haver ocupantes nos cargos, mas por não exercerem seus papéis como deveriam, o que representa um posicionamento subjetivo claro em relação ao assunto tratado.

Dessa forma, diante dos resultados, podemos dizer que nossa hipótese foi confirmada, tendo em vista que as anáforas encapsuladoras com maior grau de subjetividade ocorreram predominantemente em textos da temática política, seguida de economia e cultura, considerados, gradativamente, dos temas mais ao menos polêmico. Além disso, as anáforas com grau 1 e 2 foram mais frequentes nas temáticas menos polêmicas do que a temática política.

É importante pontuar, também, que, ao analisarmos comparativamente os diferentes temas em relação aos três graus, podemos dizer que, quanto à cultura, houve uma grande diferença percentual no grau 3 em relação aos demais, quanto à economia, houve frequências parecidas percentualmente e, quanto à política, houve muito mais anáforas no grau mais alto de subjetividade. Tais resultados reforçam nossos postulados iniciais e indicam que formas mais marcadas avaliativamente tendem a ocorrer em temáticas mais polêmicas.

Sendo assim, diante dos usos encontrados em relação aos encapsulamentos anafóricos, podemos dizer que eles podem apresentar diferentes graus de subjetividade e ocorrer em distintos temas, o que, de acordo com nossos resultados, são aspectos relacionados. Percebemos, portanto, que, em entrevistas publicadas em revistas, SNs com maior expressão de subjetividade ocorrem em temas mais polêmicos, ao passo que aqueles com menor subjetividade tendem a outras temáticas.

Considerações finais

A partir das reflexões estabelecidas neste artigo, é possível dizer que as anáforas encapsuladoras são elementos que podem expressar subjetividade de diferentes maneiras e que isso se liga às temáticas das entrevistas em que estão inseridas. Além disso, constatamos que uma visão não discreta pode contribuir para sua descrição, já que a distribuição desses elementos em um *continuum* permite um maior detalhamento e se enquadra em uma abordagem funcional da descrição gramatical.

Em relação à interface entre o Funcionalismo norte-americano e a Linguística de Texto, a pesquisa contribui para a produtividade de uma associação ainda pouco feita, mas já elucidada. A relevância dos pressupostos funcionalistas para a discussão dos processos referenciais pode ser, então, um caminho profícuo, já que auxilia na sistematização de anáforas encapsuladoras, diretas, indiretas e de dêixis temporais, espaciais e pessoais.

A fim de ampliar o debate aqui estabelecido, devem ser feitas novas pesquisas em prol dessa interface a partir do fenômeno da referência e de outros. A partir de uma perspectiva funcional-textual, por exemplo, podem ser consideradas questões de referência e sequenciação atreladas à informatividade, aos planos discursivos, à marcação, à iconicidade e à subjetividade. Para que isso seja feito, porém, tal diálogo deve ser claro e bem delimitado, já

que existem especificidades de focalização em cada abordagem e tais nuances precisam ser respeitadas em cada investigação.

Referências

BASTOS, M. C. V. *Anáforas encapsuladoras e argumentatividade em notícias*. 142 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa)). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Tradução Maria da Glória Novak; Luiza Neri. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

BERNÁRDEZ, E. El texto en el proceso comunicativo. *Revista de Investigación Lingüística*, v. 6, n. 2, 7–28, 2003.

BORREGUERO, M. Z. Naturaleza y función de los encapsuladores en los textos informativamente densos (la noticia periodística). *Cadernos de Filología Italiana*, v.13, p.73-95, 2006.

BUTLER, C. S. *Structure and function: a guide to three major structural-functional theories*. Amsterdam: John Benjamins. 2003.

CASTANHEIRA, D. *Anáforas encapsuladoras e construção do gênero entrevista: análise textual-funcional*. 235 f. 2020. Tese (Doutorado em Letras (Letras Vernáculas)). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTODIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

COLAMARCO, M. *Referenciação e construção de sentidos nas fábulas de Monteiro Lobato e Esopo*. 2014. 189 f. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CONTE, M E. Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of linguistics*, 10, 1996, p. 1-10.

DIK, S. Some principles of functional grammar. In: DIRVEN, R.; FRIED, V. (org.) *Reference grammars and modern linguistics theory*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1987, p. 81-100.

FRANCIS, G. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. *Advances in written analysis*. London; New York: Routledge, 1994, p. 83-101.

GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1990.

- GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MEDINA, C. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ática, 1986.
- MERLINSKY, G. La entrevista como forma de conocimiento y como texto negociado: notas para una pedagogía de la investigación. *Cinta de Moebio*, núm. 27, diciembre, 2006, pp. 27-33. Universidad de Chile Santiago, Chile.
- MORAIS, M. *Referenciação em campo: a construção de sentidos na notícia esportiva*. 2017. 181 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- NOCI, J. D. Las raíces de los géneros periodísticos interpretativos: precedentes históricos formales del reportaje y la entrevista. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico* 2000, n.º 6: 135-152, Barcelona.
- PECORARI, F. Anaphoric encapsulation and presupposition: persuasive and stereotypical uses of a cohesive strategy. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 24, n. 49, p.175-195, 2014.
- PECORARI, F. Incapsulatori anaforici e discorso riportato nell'italiano giornalistico: sfruttamenti coesivi della dimensione enunciativa. *Publié dans Bulletin VALS-ASLA*, n° spécial, tome 1, 227-244, 2015.
- SANTOS, L. W.; CASTANHEIRA, D. Linguística de Texto e referenciação: reflexões a respeito da escrita do surdo. In: FREITAS, R.; SOARES, L. A.; NASCIMENTO, J. P. (Org.). *Aprendizes surdos e escrita em L2: reflexões teóricas e práticas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021, v. 2, p. 118-130.
- SANTOS, L. W.; CAVALCANTE, M. M. Referenciação: continuum anáfora-dêixis. *Intersecções*, Jundiaí, SP, v. 12, p. 224-246, 2014.
- TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (Inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (org.) *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010, p. 29-71.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- VAN DIJK, T. Cognitive context models and discourse. In: STAMENOW, M (Org.). *Language Structure, Discourse and the Access to Consciousness*. Amsterdam: Benjamins, 1997, p. 189-226.

Recebido em: 15 de junho de 2022.

Aceito em: 17 de julho de 2022.